RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 21 de Julho de 2025

Senadores de Mato Grosso rejeitam aumento no número de deputados federais e criticam impacto nos cofres públicos

Ideia rejeitada

Redação do rufandobombonews

representam Mato Grosso no Congresso Nacional — Margareth Buzetti (PSD), Jayme Campos (União Brasil) e Wellington Fagundes (PL) — se posicionaram contra a proposta aprovada na Câmara dos Deputados que amplia de 513 para 531 o número de parlamentares federais. A medida, segundo eles, representa um retrocesso em termos de responsabilidade fiscal e desrespeita a proporcionalidade populacional entre os estados brasileiros.

Em vídeo publicado em suas redes sociais, a senadora Margareth Buzetti criticou duramente o impacto financeiro da proposta. “Você sabia que por ano o seu imposto paga dois bilhões para manter deputados e senadores aqui em Brasília? Não estou falando da conta de luz, da limpeza nem da manutenção dos prédios. Só o custo direto dos parlamentares. Salários, verbas de gabinetes, passagens, auxílios e tudo mais que envolve manter cada mandato”, afirmou.

Buzetti também destacou que, embora o novo Censo do IBGE aponte para mudanças populacionais que justificariam redistribuições de cadeiras entre os estados, o texto aprovado manteve a representação de estados que deveriam perder vagas, o que, para ela, fere a lógica da proporcionalidade. “Quando a regra me favorece, eu topo. Quando me prejudica, eu mudo a regra”, disparou.

O senador Jayme Campos também expressou seu descontentamento durante discurso no plenário do Senado. “O Brasil não precisa de mais parlamentares, precisa de mais eficiência. O segundo motivo é o impacto financeiro que isso representa para os cofres públicos”, declarou.

Wellington Fagundes (PL), embora tenha se manifestado de forma mais discreta, também seguiu a mesma linha de seus colegas, indicando que votará contra a proposta caso ela avance no Senado.

Com a reação negativa de parte significativa dos senadores, a proposta tende a enfrentar forte resistência na Casa Alta, especialmente num cenário de cobrança crescente por austeridade e responsabilidade no uso dos

recursos públicos.